



MARCOS LEGAIS

Módulo II Políticas Públicas e Direitos Humanos

Aula 3 Desenvolvimento Urbano

Para compreender e analisar políticas públicas é fundamental conhecer seus marcos legais. Toda política pública, uma vez que regulamenta direitos dos cidadãos, tem gênese na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. É, no entanto, a legislação infra-constitucional que orienta e regula cada política pública aos estabelecer parâmetros para a gestão pública através de leis específicas, chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

Em muitos casos há, ainda, resoluções de autoria dos Ministros que estabelecem normas operacionais básicas que para políticas públicas específicas. Tais resoluções, conhecidas pela sigla NOB (normas operacionais básicas), constituem, somadas à Constituição e à legislação infra-constitucional, o marco legal de cada política pública.

Este suplemento indica os principais marcos legais referentes ao conteúdo desenvolvido em cada aula.

Constituição Federal

Constituição Federal de 1988 e emendas: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Importante: Neste link você encontrará também, ilustradas por meio de uma linha do tempo, todas as emendas feitas à Constituição no período de 1988-2006, e seus respectivos textos integrais.

Legislação Infra-constitucional e NOBs

Lei Complementar 14, de 1973: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei complementar 14, de junho de 1973, que, tal qual define sua ementa, “estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza”.

Lei 6803, de 1980: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6803.htm>



Importante: Neste Link você encontrará a lei 6803, de julho de 1980, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências”.

Estatuto da Cidade: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 10257, de julho de 2001, que é conhecida como o Estatuto das Cidades e, tal qual define sua ementa, “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Medida Provisória 2220, de 2001: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/2220.htm>

Importante: Neste Link você encontrará a medida provisória 2220, de setembro de 2001, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1o do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”.

Lei 6676, de 1979: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 6676, de dezembro de 1979, que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano”.

Lei 9785, de 1999: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9785.htm>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 9785, de janeiro de 1999, que, tal qual define sua ementa, “altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano)”.

Lei 11445, de 2007: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 11445, de janeiro de 2007, que, tal qual define sua ementa, “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”.